

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.269.588 - PR (2018/0070266-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INTELBRAS S/A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA
ADVOGADOS : MÁRCIO BERTOLDI COELHO - SC019479
ADRIANO DIGIÁCOMO E OUTRO(S) - SC014097
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : MARISA ZANDONAI E OUTRO(S) - PR016095

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA, em que pretende a admissibilidade de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 370):

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – TRIBUTÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – EFETUADA GLOSA, PELO ESTADO DO PARANÁ, DE CRÉDITOS AGRACIADOS POR BENEFÍCIO FISCAL CONCEDIDO EM OUTRO ESTADO – INEXISTÊNCIA DE APROVAÇÃO PELO CONFAZ – APLICABILIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 2.131/2008 – CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJPR NO INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.017.662-2/01 – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE ICMS – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA.

No apelo nobre (e-STJ fls. 405/436), a recorrente busca o reconhecimento do direito ao creditamento no Estado de destino do ICMS devido ao Estado de origem e que não foi efetivamente recolhido em razão de benefício fiscal concedido sem prévia autorização do CONFAZ.

A empresa também interpôs recurso extraordinário, o qual foi sobrestado, em razão do Tema 490 do STF.

Contraminuta às e-STJ fls. 843/851.

Passo a decidir.

A questão objeto do apelo extremo foi afetada ao rito da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. GUERRA FISCAL. CUMULATIVIDADE. ESTORNO DE CRÉDITOS POR INICIATIVA UNILATERAL DE ENTE FEDERADO. ESTORNO BASEADO EM PRETENSA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL INVÁLIDO POR OUTRO ENTE FEDERADO. ARTS. 1º, 2º, 3º, 102 e 155, § 2º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 8º DA LC 24/1975. MANIFESTAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA. (RE 628.075 RG, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 13/10/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 30-11-2011 PUBLIC 01-12-2011).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o julgamento do recurso representativo da controvérsia a ser prolatado pela Suprema Corte.

Somente depois de tomada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso especial até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o que vier a ser decidido pelo STF no julgamento do RE/RG 628.075 (Tema 490), bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja efetivada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator